

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA, EVASÃO ESCOLAR NAS SALAS DE AULAS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ANTONIA Josilene Pinheiro Rocha¹
ZILMA Nunes de Melo²

RESUMO

As mudanças sociais solicitam que o homem, na sua relação com o seu próximo e o seu trabalho, seja capaz de realizar leituras interativas e isto é possível mediante uma alfabetização que o prepare para tal êxito. Em virtude desse apelo social globalizado um número elevado de pessoas, jovens e adultos, tem retomado as salas de aula em busca de uma formação que lhes possibilitem o letramento e a aquisição de novos saberes. O presente artigo busca através de seu objetivo geral identificar às possíveis causas da problemática da evasão escolar às salas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse sentido, o mesmo tem como objetivos específicos, elaborar um plano de ação que possa ser executado a contento, adequando conteúdos, metodologias e tarefas de acordo com as necessidades dos alunos; desenvolver atividades que mobilizem os alunos da EJA para organizar eventos culturais, promovendo a socialização através da motivação; refletir sobre a prática pedagógica dos professores e sobre a própria vida dos alunos, nesse sentido a metodologia proposta para tal é de cunho exclusivamente bibliográfico, embasado em autores contemporâneos que tratam da temática a exemplo do Freire (2008), Paiva (2008) e Beisegel (2003), conta ainda com pesquisas em sites da internet e revistas especializadas que tratam da temática da evasão nas salas da EJA.

Palavras chaves: Educação, Ensino, Aprendizagem

INTRODUÇÃO

Jovens e adultos que estão ausentes de sala de aula há algum tempo devido à faixa etária ser distinta dos padrões da educação básica, ou mesmo devido às condições sociais que os obrigaram a escolher entre trabalhar ou estudar, os mesmos necessitam de estímulos para que a evasão das salas da EJA seja uma estatística banida dos bancos escolares.

Para tanto, justifica-se o presente artigo na condição da autora, enquanto educadora, dá a visão da necessidade de conhecer as possíveis causas que levam essa clientela a abandonarem as salas da EJA e os motivos que provocam a evasão das salas de aula, pois observa-se que através da literatura e de pesquisa, há baixa frequência de alunos e até mesmo o abandono escolar.

A inquietação do núcleo gestor e dos professores foi motivada pela triste constatação desse fato, gerando a necessidade de um estudo e análise da problemática da evasão.

¹ Mestranda do Curso de Climatologia e Aplicação nos Países a CPLP e África da Universidade Estadual do Ceará, ajpoclone@gmail.com.

² Mestre em Ciências da Educação Pela Universidade Tres Fronteira em Assunção Paraguai, znzilma@yahoo.com.br.

Portanto, a que se considerar que a partir de uma análise dos dados obtidos sobre a evasão escolar nas salas da EJA, seja possível criar uma política que incentive os alunos ausentes retornarem aos bancos escolares com ânimo, crença e satisfação e, acima de tudo motivados para reconstruírem suas histórias no que tange a questão da educação.

Nesse contexto, a pesquisa, ora em questão, servirá de suporte para novas reflexões sobre as causas e consequências da evasão na EJA, oferecendo aos atores envolvidos, ou seja, alunos, sociedades de um modo geral e comunidade acadêmica a oportunidade de, através desse estudo, buscar junto aos poderes estaduais e municipais, novos investimentos no que concerne à educação de jovens e adultos, para que num futuro bem próximo a evasão escolar seja apenas uma história.

O presente artigo apresenta como objetivo geral traçar um estudo sobre as prováveis causas da evasão escolar nas salas da EJA, tendo como objetivos específicos elaborar um plano de ação que possa ser executado a contento, adequando conteúdos, metodologias e tarefas de acordo com as necessidades dos alunos; desenvolver atividades que mobilizem os alunos da EJA para organizar eventos culturais promovendo a socialização através da motivação; refletir sobre a prática pedagógica dos professores e sobre a própria vida dos alunos.

As hipóteses que norteiam o presente estudo é averiguar através de uma revisão bibliográfica alguns questionamentos: Por que tantos alunos perdem a motivação e abandonam o processo de escolarização logo nos primeiros meses de aula? Será que a metodologia de trabalho adotada pelo educador não tem peso significativo na decisão do alfabetizando em permanecer ou não na escola? Qual a influência da estrutura organizacional da escola de adultos na problemática da evasão? Quais os sonhos, desejos do adulto em buscarem a escolarização? Quais as perspectivas de vida têm levado os educandos a querer se alfabetizar e continuar seus estudos?

A metodologia proposta para o estudo é de cunho exclusivamente bibliográfico, segundo Cervo e Bervian (2007), na pesquisa bibliográfica, a fonte das informações, por excelência, estará sempre na forma de documentos escritos, estejam eles impressos ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos. Geralmente, podemos chamar toda base de material depositária de informações escritas como documentos.

Quanto aos fins, a pesquisa se configura como exploratória, que segundo Gil (2002), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade no trato do problema, com vistas a torná-lo mais explícitos ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como finalidade principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa configura-se como qualitativa. A escolha de uma pesquisa qualitativa implica estabelecer, a priori, que o resultado final não se volta para a generalização, e sim para a análise, em profundidade, de um número reduzido de situações (Yin, 2001). Isto, também, porque a análise dos dados encontrados propõe entender e abordar o fenômeno, descrevendo e estabelecendo relações entre as variáveis que o compõem (VIEIRA, ZOUAIN, 2004).

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A escola brasileira tem passado por mudanças estruturais significativas ao longo de sua história. Entre essas mudanças algumas visam o retorno das pessoas que por questões sócio econômicas abandonaram as salas de aula. No início dos anos 1960 surgem no panorama educacional brasileiro uma vertente que visa à educação de jovens e adultos. Maciel (2008, p.04), faz uma abordagem referente a tendência, pois o mesmo considera:

Como seu grande precursor nosso renomado mestre Paulo Freire, que trazia em seus métodos a principal característica da EJA “o sujeito como ator de seu próprio aprendizado”, educando para conscientização, pela formação de sujeitos críticos, educação pela liberdade.

A EJA passa a receber pessoas que desejam retomar sua vida escolar oriundas das classes trabalhadoras que com o sacrifício de suas horas de descanso dedicam um tempo de suas vidas às salas de aula.

Nos anos de 1960 a educação de jovens e adultos visava diminuir o analfabetismo e capacitar jovens e adultos para as novas técnicas que o mercado de trabalho exigia, mas também formar uma consciência crítica com relação à política e a cidadania. Segundo Scocuglia (2001 p.45-46):

Isso significava formar milhares de eleitores “conscientes da realidade nacional”, provavelmente em sua maioria, prontos para sufragar candidatos populista e/ou progressistas de esquerda. (...) A tendência dos votos a favor de certa renovação política, contra o voto de cabresto, também era mensurável, ainda que não tenha modificado o panorama político nacional. A implantação da educação de adultos, em massa, desnudava outros interesses, como os dos católicos e dos protestantes, pelo controle político pedagógico da alfabetização dos adultos.

Os jovens e adultos que estão na escola, hoje, procuram desenvolver suas habilidades e capacidades com vistas ao mercado de trabalho. Alguns estão ausentes da sala de aula há algum tempo devido a faixa etária ser distinta dos padrões da educação básica, ou mesmo devido às condições sociais que os obrigam a escolher entre trabalhar ou estudar, sobre esta questão esclarece Bernardim (2008, p.13).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ressalta que a proporção de jovens fora da escola cresce de acordo com a faixa etária: 15,9%, entre os jovens de 15 a 17 anos; 64,4%, de 18 a 24 anos e 87,7%, de 25 a 29 anos. A pesquisa também destaca que apenas a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos frequenta o ensino médio na idade adequada e que 44% ainda não concluíram nem mesmo o ensino fundamental. Nas regiões Nordeste e Norte, as taxas de frequência (36,4% e 39,6%, respectivamente), são bem mais baixas do que no Sudeste e Sul (61,8% e 56,5%, respectivamente).

Esses alunos, por estarem fora da faixa da educação básica, necessitam de um estímulo a mais para continuarem na escola, ou seja, para que a evasão não seja uma tônica nas salas da EJA é imprescindível o incentivo e a disponibilidade do professor para elevar a autoestima dos mesmos a um tal ponto que os motivem suficientemente. É um desafio que está presente no dia a dia de trabalho dos educadores.

Nesse sentido, considera-se como um dos grandes desafios da educação no Brasil superação do analfabetismo da população, inclusive, porém, embora o problema do analfabetismo venha sendo enfrentado desde o período do Brasil Colônia, só recentemente, em meados do século XX, contou-se com a iniciativa do governo no sentido de constituir um sistema público de ensino para educação de jovens e adultos.

Compreende-se a importância de se estabelecer alguns conceitos sobre o sistema de educação de jovens e adultos como ponto de partida do estudo que ora se desenvolve e, para caminhar sobre a trilha histórica da EJA priorizou-se a presença de significativas bases teóricas como as ideias de Paiva, Freire, Beisiegel, dentre outros.

Na abordagem desses conceitos, Paiva (1987) concebe a educação popular como a educação oferecida a todos, de forma gratuita e que objetiva uma instrução, ou seja, dotar a população dos rudimentos da leitura e da escrita para que os membros da sociedade se formem à sua imagem.

[...] educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela deve ser gratuita e universal. Outra concepção da educação popular seria aquela da educação destinada às chamadas “camadas populares” da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicional considerado, entre nós, como ensino “para desvalidos”(PAIVA,p.47).

Para Beisiegel (2003,p.16) apresenta a educação de jovens e adultos como:

Toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não logrando alfabetizar-se e obter conhecimento básico correspondentes aos primeiros anos do curso elementar.

A educação de adultos é parte da educação popular, pois a difusão da escola elementar inclui as escolas noturnas para adultos. [...] quando ganha autonomia pretende-se que sua

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

duração seja menos que aquela oferecida à população em idade escolar, ela passa a ser tratada como alfabetização e educação de base ou educação continuada como querem alguns (PAIVA, 1987, P.47).

Nota-se que a visão mais compartilhada por Paiva e Beisegel, parte de um mesmo ponto nuclear, o homem que quer construir. A proposta da EJA é de uma formação do homem ao longo do tempo, ou seja, um fato histórico que vincula o homem às transformações sociais, ao mesmo tempo propõe um “aligeiramento” dos estudos, o que se torna um desafio para os professores e, em especial, para a clientela que procura através da educação uma formação que lhes conceba como cidadãos.

Segundo a Lei nº 9.394/96 (LDB), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 37 “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria”. Denota-se que a legislação atual reconhece que essa população não contou, até a época de sua entrada em vigor, com uma política adequada que a engajassem na trajetória da escolarização regular.

Historicamente no período de 1872, época do Império brasileiro, foi feito um recenseamento, verificou-se que mais de 80% dos brasileiros com idade superior a cinco anos, não sabiam ler ou escrever; a leitura e a escrita eram privilégios da elite social.

A época da Proclamação da República, em 1890, realizou-se outro censo encontrando, proporcionalmente, o mesmo número de analfabetos, ou seja, em vinte anos e educação ficou estagnada em termos de alcance analfabetismo.

Para UNESCO (2008, p. 24):

O começo da república foi marcado por discursos políticos os quais enalteciam a alfabetização, creditando-lhe o ofício de redentora da moralidade do povo indisciplinado e inculto. Faziam parte desse contingente desclassificados moralmente, os pobres, as pessoas brancas pobres, e os negros que acabavam de ser libertados da escravidão. Posteriormente inexistiu ação educativa que atingisse à grande massa, tanto é, que em 1950, mais da metade da população não teve direito ao voto político por não serem alfabetizados.

Vale salientar que segundo Haddad & Di Pierro (2001, p.108-109):

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova, sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos.

O argumento histórico de Haddad & Pierro (2001) vem acrescentar à pesquisa o início das tentativas oficiais em torno da criação da EJA em âmbito nacional, e quais os primeiros direcionamentos de maior complexidade das ações educativas.

Do ano de 1947, lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, obteve-se um debate no campo teórico pedagógico acerca do analfabetismo na educação dos adultos, o qual mais uma vez logrou pouco sucesso efetivo. As críticas se avolumavam em torno dessa campanha, dentre os itens questionados incluíam-se entre o material utilizado, região a qual era direcionado e a insipiência em relação às especificidades do aluno adulto.

Para Beisiegel (2003), em janeiro de 1947, de acordo com a solicitação da UNESCO, convencionou-se o Plano de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, contudo, a real intenção era aumentar as bases eleitorais para a conservação do governo central.

A campanha conseguiu iniciar o esboço de uma política voltada para a Educação de Jovens e Adultos, como complementa o próprio Celso Beisiegel (1997). A Campanha Nacional de Educação de Adultos, iniciada em 1947, foi uma campanha exemplar, pois a política do governo compreendeu que a educação de jovens e adultos foi uma peça de suma importância na elevação dos níveis educacionais da população. Nos primeiros anos da campanha, diminuíram a evasão escolar e o número de analfabetos e cresceu o número de salas de supletivo. Aprovação ficou no patamar de 50%, resultado bastante significativo para esses cursos.

Em acordo com Di Pierro remete ao fato da inadequação do método e conseqüente desajuste para população adulta, o que faz surgir a necessidade de uma efetiva mudança do aspecto metodológico da educação de jovens e adultos:

A campanha de 1947 deu lugar à instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas conseqüências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino (DI PIERRO et al., 2001, p.60).

No final de 1950, as campanhas começaram a perder força e o entusiasmo em relação ao EJA diminuiu devido a fatores, tais como, deficiência administrativa, financeiras e também à sua orientação pedagógica que só repetia antigas fórmulas de dominação.

Em 1958, já se apontam novas ideias pedagógicas relacionadas à abordagem do problema social da educação. Buscando-se, sobretudo, método para educar o povo para que este pudesse participar da vida política social.

A década de 60 inova com a metodologia de um dos maiores e mais significativos educadores do século XX, Paulo Freire, mais que um educador, um pensador comprometido com a vida:

Na medida em que necessita estar atento ao que acontece com seus alunos, ser crítico para formar críticos, ser livre para promover libertação, ser consciente para superar a alienação, acreditar na mudança para promover transformações, refletir sobre prática à luz de uma teoria, não desprezar os saberes e a cultura de cada um, respeitar para ser respeitado, e o aspecto que mais nos interessa nesse trabalho, ser autônomo para formar para a autonomia, caminhando para o processo natural de humanização (FREIRE apud PETRONI; SOUSA, 2009, p.357).

A pedagogia freiriana abre novos caminhos para a relação entre educadores e educando, através do diálogo na busca de uma sociedade mais justa e democrática, consolidando sua proposta política pedagógica.

Com o governo militar que se instalam a partir do golpe militar de 1964, interrompem a trajetória de expansão da EJA e da educação de base popular, e provoca um atraso em relação às formulações para esse segmento de ensino (PAIVA, 1987).

As formulações de valorização dos saberes populares adquiridos fora da escola apresentam poucas possibilidades de serem aproveitadas pela sistemática de aprender a ler e escrever do Movimento brasileiro de alfabetização (Mobral). Prevalece a expansão de políticas compensatória, voltada a um a parcela da população marginalizada. Mais uma vez caminha-se não pela efetivação de um direito social, mas pela espera uma concessão do governo aos desvalidos.

Com o fim do governo militar, o Brasil retoma o processo de redemocratização social numa constante transformação das relações sociopolíticas: Amplia-se a EJA; O ensino fundamental passa a ter garantia constitucional, inclusive para os que não tiveram acesso na idade apropriada; Extingue-se o Mobral e cria-se a Fundação Educar; Estudantes vão às ruas em favor das eleições diretas; Nova constituição brasileira é criada.

POSSÍVEIS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar, tanto no âmbito da educação regular, quanto na educação de jovens e adultos, é um tema que historicamente faz parte dos debates e reflexões no campo da educação pública brasileira e que ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. As discussões acerca da evasão escolar têm tomado como ponto central de discussão a interseção entre os papéis da família e da escola em relação à vida escolar da criança.

Portanto, a evasão traz em sua trajetória um histórico de fracasso escolar como principal consequência do fenômeno e, que por muito tempo esteve ligada a ideia de que o próprio sujeito seria o causador da mesma, sem que houvesse uma análise das suas causas reais.

Por muito tempo, o imaginário escolar e docente aparentou aceitar com muita tranquilidade a evasão escolar como fator social e cultural, eximindo-se de toda e qualquer culpa. Contudo, na última década, essa passividade toma outra característica, a dúvida sobre a legitimidade do fracasso escolar voltada para a cultura social e política, segregada e excludente, ou se a escola ingenuamente não reproduz essa mesma sociedade contribuindo para que os alunos continuem excluídos da sociedade (ARROYO, 2001, p.65).

É imprescindível definir a finalidade da escola enquanto instituição, qual a razão de ser do processo ensino e aprendizagem, explicar aos alunos a importância da cidadania, o objetivo desta para o homem e o significado do trabalho e da prática social para a construção do indivíduo como ser em evolução.

Segundo Paro (2001, P.141), é próprio da atividade educativa o fato de ela não poder realizar-se a não ser com a participação do aluno e esta participação é concretizada na medida em que o aluno entra no processo e assume seu papel de objeto e sujeito da educação.

Esclarece Adorno (2003, p.145), a educação não é a modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar a partir do seu exterior, também não é a mera transmissão de conhecimento, mas a produção de uma consciência verdadeira, isto seria inclusive da maior importância política, formando pessoas emancipadas, conscientes e racionais.

É importante não só para os profissionais da esfera educacional como da sociedade em geral que se tenha conhecimento sobre a evasão escolar enquanto problema educacional e social. Saber das suas diferentes causas e sob quais olhares tem sido visto para contribuir e fomentar coletivamente as discussões que possam trazer ideias e apontar possíveis caminhos (RODRIGUES, 2010, p.10).

Sendo o EJA o último recurso de escolarização para os sujeitos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em tempo regular, a que se considerar que o fenômeno da evasão é mais complexo do que se pode compreender, visto que, esses jovens, que retornam à escola, voltam a mesma, em fase de exigência de um mundo globalizado, onde as perspectivas de melhoria de salários é um dos motivos que os leva a retornarem aos bancos escolares, mas,

porque tanta desistência no meio do caminho, se esta educação servirá para a melhoria do sujeito?

De acordo com o Rodrigues (2010), O Brasil possui ainda expressivo número de analfabetos bem como taxa de escolarização inferior ao ensino fundamental entre os jovens e adultos. Estudo da UNESCO (2008), revela que em “2006 mais de 65 milhões de jovens adultos brasileiros tinham escolaridade inferior ao ensino fundamental, e o país possuía, ainda, 14,3 milhões de analfabetos absolutos”. Para um país cuja meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação é a erradicação do analfabetismo até 2011, estes números são no mínimo, preocupantes.

Informa Possani (2007), uma parcela representativa dos jovens matriculados na EJA trabalha formal ou informalmente, está procurando emprego ou é desempregado. São jovens pertencentes à família de baixa renda que se sujeitam a condições de trabalho muitas vezes precário, como intuito de contribuir com a renda familiar.

Existe nesse fato, um paradoxo, pois, enquanto os sujeitos procuram a escolarização como forma de melhoria nos seus empregos, por outro lado, o fator que mais contribui para evasão é exatamente o seu trabalho.

Sendo assim, Andrade (2004), nos diz para suplantar as ideias cristalizadas de fracassos escolares, de repetência, de evasão, de defasagem, de aceleração, enfim, de educação compensatória que circunda a EJA, é preciso acreditar que os sujeitos dessa modalidade de ensino podem transcender barreiras e limites e reescrever suas histórias. Basta que, para isso o Brasil tenha uma educação de qualidade, o que demanda profissionais competentes e comprometidos com a superação dessa realidade e com a implementação de novos projetos de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade do conhecimento é uma das exigências para que as pessoas possam se tornar profissionais competentes em suas áreas, isso faz com que muitos jovens e adultos que estavam fora das salas de aula se vejam obrigadas a retornarem as mesmas sob pena de não se colocarem nesse mercado competitivo, vale ressaltar que sendo o mercado uma variável de

cunho estrutural, sem o acesso ao conhecimento específico da atividade laboral, essa questão torna-se ainda bem mais complexa para a classe trabalhadora.

Com a intenção de ajudar nessa recolocação, as políticas públicas do governo para educação criam vários mecanismos e entre eles está o EJA. Uma das preocupações dos professores desse sistema de ensino é que os alunos não se sintam frustrados ao perceberem-se limitados para determinadas matérias curriculares.

A realidade que permeia o ensino de jovens e adultos é muito complexa, tendo em vista o extenso conteúdo e o pouco ou quase nem um tempo ou disponibilidade física dos alunos por conta das suas atividades laborais.

Então, essa é uma questão tão séria em mente, muitos profissionais tentam fazer do ensino curricular uma vivência do dia a dia para que não seja necessário ao aluno decorar fórmulas, mas sim vivenciá-las e compreendê-las no seu dia a dia. Para atingir esse objetivo pensamos que muitos recursos podem ser disponibilizados, entre eles estão os computadores e as próprias realidades que cada um vivencia.

O professor que entender isso e se dispuser a estudar, a escola que se tornar parceira desse professor estará sem dúvida contribuindo para a formação de jovens e adultos mais preparados e evitará a desmotivação e o afastamento dos mesmos das salas de aula, onde certamente terão através do conhecimento agregado à prática mais possibilidades de sucesso no mundo e no mercado de trabalho.

Para atingir esse objetivo há que se fazer parceira e há que se estudar, todos, professores e alunos, imbuídos do mesmo ideal, aprenderem para crescer. O ambiente, ou seja, a escola, a metodologia, os recursos utilizados, e, a capacidade dos professores são elementos motivadores capazes de elevarem a autoestima dos aprendizes ao ponto de tornar-se a aprendizagem algo com sentido e utilidade na prática do dia a dia, o que significa que esses aprendizes perceberão a importância dos conhecimentos adquiridos para a sua formação enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E.R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. Em: BARBOSA, I, O; PAIVA, J. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP e A, 2004. Terra, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 2001.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A educação de jovens e adultos no Brasil. Alfabetização e cidadania**. São Paulo, RAAB, n.16, jul /2003.

BERNARDIM, Márcio Luiz. **Educação do trabalhador: da escolaridade tardia à educação necessária**. -Guarapuava: Unicentro, 2008.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996- Estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CERVO. A.L.BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Makron Books, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: **Contribuição para uma avaliação da década da Educação para Todos**. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26 ed. Rio de Janeiro- RJ: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam, 41ª ed, Coleção: Questões de Nossa Época, Cortez Editora: São Paulo - SP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Cortez Ed: São Paulo-SP. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Sérgio, & DI PIERRO, Maria Clara. Diretrizes de políticas nacionais de educação de jovens e adultos: **Consolidação de documentos 1985/1994**. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, ago. 2001.

MACIEL, K.D. **Método e Abordagem de Ensino de Língua Estrangeira e Seus Princípios Teóricos**, 2008. Disponível em: [HTTP://www.apario.com.br/index/boletim34*/unterrichtspraxis-m%E9](http://www.apario.com.br/index/boletim34*/unterrichtspraxis-m%E9) todos. doc. Acesso em: 15 fev. 2019

PAIVA, Ivanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PARO Victor Henrique. **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

PETRONI, Ana Paula. SOUSA. Vera Lúcia Trevisan de. VIGOTSKI E PAULO FREIRE: **Contribuição para a autonomia do professor**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v.9, n.27, maio/agos. 2009.

POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto. Educação de Jovens e Adultos: **Um olhar sobre a exclusão**; São Paulo: Editora Articulação, 2007.

RODRIGUES, Erisângela Brasil. Recuo na educação de jovens e adultos: **a evasão em foco**. Centro Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo.2010. Disponível em: [HTTP://www.cefetsp.br/edu/eja/monografias2007.html](http://www.cefetsp.br/edu/eja/monografias2007.html). Acesso em: 12 jan. 2019.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular**: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura.2ed. São Paulo: Cortez ,2001.

VIEIRA, Marcelo Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.